



Número: **0813616-48.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **6º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal**

Última distribuição : **10/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.595,24**

Assuntos: **Multas e demais Sanções, IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores, Licenciamento de Veículo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERICKA PATRIZIA DO NASCIMENTO PEREIRA (AUTOR)		THIAGO HUMBERTO DE MENEZES NASCIMENTO (ADVOGADO)	
		FELIPE JOSE DE MENEZES NASCIMENTO (ADVOGADO)	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - RN (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (RÉU)			
EDUARDO JUNQUEIRA DA COSTA LIMA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41656923	08/04/2019 15:07	<a href="#">1- Ação.Anulatoria.DebitoFiscal - Ericka x Detran 2</a>	Outros documentos



*JOSÉ HUMBERTO DO NASCIMENTO*  
*THIAGO HUMBERTO DE MENEZES NASCIMENTO*  
*FELIPE JOSÉ DE MENEZES NASCIMENTO*  
ADVOCACIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA JURIDICA.

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA COMARCA DE NATAL/RN**, a quem couber por distribuição.

**TUTELA ANTECIPADA**

**ERICKA PATRIZIA DE MENEZES NASCIMENTO**, brasileira, cirurgiã dentista, portadora da C.I. n.º 1.566.407-SSP/RN e do CPF n.º 026.906.184-35, residente e domiciliada na Rua Francisco Borges de Oliveira, nº 1577, Apto 201 - Lagoa Nova, Natal/RN, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, constituídos nos termos do instrumento procuratório junto, com Escritório Profissional na Rua Aníbal Correia, nº 2525, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP: 59064-340, para onde deverão ser remetidas as notificações e intimações, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL**  
**(NEGATIVA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR)**  
**C/ PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

em desfavor do **Departamento de Trânsito do Estado do RN – DETRAN-RN**, pessoa jurídica de direito público interno – CNPJ: 08.285.769/0001-05, com endereço na Av. Perimetral Leste, 113, Cidade da Esperança, Natal/RN - CEP: 59071-445, Site: [www.detran.rn.gov.br](http://www.detran.rn.gov.br) - E-mail: [detran.gadir@rn.gov.br](mailto:detran.gadir@rn.gov.br) - Contato: 3232-1207 / 3232-1208; **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.** - CNPJ/MF nº

---

Rua Aníbal Correia, nº 2525, Lagoa Nova - Natal/RN - 59064-340  
Fone (Cel): 84 - 99955-1752 - 99985-1498 - 9982-6172



09.248.608/0001-04, sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904. E, **Município de Natal-RN, pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana** – CNPJ: 08.565.566/0001-72, com Endereço: R Almino Afonso, S/N, Ribeira, Natal -RN, CEP 59012-010, aduzindo o que se segue:

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

---

Inicialmente, requer a V. Exa. sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, com amparo na Lei 1.060 /50, e as alterações introduzidas pela Lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

#### **DOS FATOS**

---

1. A autora nos idos de 2003, adquiriu o veículo HONDA/CIVIC/LX - Renavam 804063508, Placa JWW-3895 - Categoria: Particular - Espécie: Passageiro - Lugares: 5 - Fabricação/modelo: 2003/2003 - Potencia: 115 - Combustível: Gasolina - Cor: PRETA - Nome Proprietário: **Ericka Patrizia do Nascimento Pereira (nome de casada)**.

2. Tal veículo foi emplacado em Manaus/AM, no período em que a autora residiu naquela cidade, e foi trazido para Natal quando mudou seu domicílio para Natal/RN.

3. Em junho de 2010 o veículo foi colocado à venda através de uma revenda de automóveis denominada PERU VEICULOS, de propriedade de Dinoberg Almeida, sendo entregue todos os documentos necessários para a transferência de domicílio de emplacamento e de propriedade, inclusive a Documento de Transferência Veicular original com firma reconhecida, mas sem o preenchimento do nome do comprador para viabilizar a revenda, conforme orientou o lojista.



4. Dias após foi informada da venda do veículo para um terceiro, tendo recebido o valor da transação em parcelas.

5. Soube através de terceiros que houve um problema na transferência do citado bem, vindo a descobrir, posteriormente, que o comprador ingressou com uma Ação de Obrigação de Fazer no juizado especial – Proc. nº 001.2011.015.166-7, para obrigar a revenda a transferir o veículo.

6. O referido processo foi julgado procedente em favor do comprador, tendo sido determinada a transferência do automóvel para aquele, consoante cópia da Sentença anexa.

7. Ocorreu que, ao tentar realizar a atualização de seus dados perante o DETRAN-RN, descobriu que pendia em seu registro débitos de Licenciamento Anual de 2015 a 2018, e Seguro DPVAT 2015 a 2018, e diversas multas de trânsito do citado veículo HONDA/CIVIC/LX – Placa JWW-3895.

8. Como já prefaciado, tal automóvel não lhe pertence desde julho de 2010, fato que é corroborado com a sentença anexa, não sendo justo permanecer vinculada a débitos posteriores a transação.

9. Infelizmente, desconhecendo o adquirente do veículo e não portando qualquer documento da transação, eis que a venda ocorreu por meio de terceiros, restou impossibilitada a resolução da pendência administrativamente, pior, seu nome permanece vinculado as Taxas, encargos, multas, etc., relativos ao referido automóvel.

10. Em junho de 2018 a autora ajuizou ação com pedido de tutela antecipada que tramitou perante o 6º Juizado – Proc. 0825672-50.2018.8.20.5001, pleiteando a alteração do cadastro, retirada da sua titularidade e responsabilidade perante o automóvel, mas que veio a ser julgada extinta sem resolução de mérito, em razão da ilegitimidade do Estado do RN.



11. Deste modo, permanecendo seu nome vinculado a automóvel que não mais lhe pertence, com a imputação de taxas, impostos e multas para a sua responsabilidade, resta à autora buscar tutela jurisdicional para reconhecer a inexistência de propriedade do citado automóvel, anulando os débitos, impostos e as taxas do referido veículo, que devem ser cobradas ao real proprietário, por ser medida de Direito e Justiça.

#### **Do DIREITO**

---

12. Como já prefaciado, o autora está com débitos vinculados ao seu nome referentes ao malsinado veículo que foi vendido para a revenda de automóveis (PERU VEICULOS) há quase 8 (oito) anos. Na ocasião, diante da necessidade de transferência do registro do veículo de outro Estado para o Rio Grande do Norte, foi depositado em confiança todos os documentos para viabilizar tal mudança, de modo a que a revenda pudesse oferecer o automóvel em suas dependências.

13. Assim, para realizar a mudança da Unidade da Federação do registro do veículo do Amazonas para o Rio Grande do Norte, foram entregue todos os documentos do automóvel, inclusive o CRLV assinado, conforme exigido.

14. Deste modo, não pôde na época efetuar a devida comunicação de venda ao DETRAN para eximir-se da responsabilidade, pois tal providência caberia ao futuro comprador do veículo após a loja intermediária resolver a transferência do cadastro do veículo para o Estado, conforme convencionado.

15. Infelizmente a revenda descumpriu com o convencionado, pois apenas realizou a transferência territorial do veículo e não promoveu o registro da transferência da titularidade, frustrando a expectativa da vendedora e do próprio comprador, que posteriormente veio a demandar em juízo com a loja com esse objetivo.

16. Assim, não é admissível que a autora fique vinculada e obrigada a pagar impostos incidentes sobre bem que não lhe pertence.



17. Vale ressaltar que o IPVA é um **tributo real**, que incide sobre a **propriedade** de veículo automotor, conforme preconiza o art. 155, III da Magna Carta, e se aplica aos demais impostos e taxas.

18. Do mesmo modo, a multa de trânsito deve ser aplicada a quem de fato cometeu as infrações.

19. Não bastasse, é certo que **a transferência da propriedade de bem móvel se opera com a tradição**, nos termos dos artigos 1.226 e art. 1.267 do Código Civil, não podendo ser admitida a tributação sobre fato fictício; o simples descumprimento de exigência burocrática (falta de transferência e/ou comunicação da alienação), não permite desconsiderar a relação efetiva de propriedade.

20. Dispõe o artigo 1.226 do Código Civil:

“Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição”.

21. Em outras palavras, podemos dizer que, diferentemente do que ocorre com bens imóveis, para os quais se exige a transcrição (registro da escritura, no Cartório de Registro de Imóveis), a propriedade (um dos direitos reais, relacionados no artigo 1.225 do CC) dos bens móveis (como os veículos automotores) é transferida por ocasião da realização do negócio jurídico, entre pessoas capazes e mediante forma prescrita ou não proibida em lei: transfere-se no momento em que ocorreu a entrega do veículo ao novo dono, mediante o pagamento ou promessa de pagamento, estabelecida contratualmente entre as partes interessadas.

22. Nesta esteira, cito o precedente do STJ abaixo:

“Por força do art. 620 e segs. do Código Civil (atual art. 1267 e segs. do CC de 2002), a transferência da propriedade do veículo se dá com a tradição, não sendo necessária a transferência no Detran”. (Resp n. 162.410/MS, Rel Min Adhemar Maciel).



23. Existindo controvérsia quanto a legalidade da dívida tributária, não deve ser penalizada por longos anos de querela judicial para desconstituição do débito fiscal, haja vista a sua nulidade, que há de ser decretada, a teor do art. 618, inc. I, do CPC.

24. Como ensina Ruy Barbosa Nogueira:

"(...) em face do princípio da legalidade tributária não terá valor uma confissão de dívida de tributo por declaração errônea do contribuinte se, em face da lei, o tributo não for devido. O vínculo obrigatório não pode surgir se não existir uma norma de lei que determine o seu nascimento. No se pode absolutamente admitir em direito tributário que uma obrigação possa surgir sem uma norma positiva de lei que a crie, sem uma causa jurídica que a justifique, em virtude de uma simples declaração, voluntária ou involuntária." (Curso de Direito Tributário, ed. Saraiva, 1989, pg. 65).

25. No caso em espeque, comprova a transação a própria Sentença do 11º Juizado Especial Cível, no processo 001.2011.015.166-7, que determinou a transferência do citado veículo para o Sr. Eduardo Junqueira da Costa Lima.

26. Portanto, comprovado que está que a autora não é mais proprietária do veículo, de modo que é inconcebível que permaneça vinculada a algo que não lhe pertença, podendo ser responsabilizado por danos decorrentes de acidente de trânsito e sofrendo prejuízos financeiros e restrições indevidas, razão pela qual faz jus à pleiteada declaração da negativa de propriedade relativa ao veículo em tela, bem como a declaração da inexigibilidade dos respectivos débitos tributários.

27. **De qualquer sorte a falta de transferência ou de comunicação de venda não pode responsabilizar *ad eternum* a autora pelo pagamento do IPVA e demais taxas e impostos incidente sobre o veículo após a venda do mesmo.**

#### DA JURISPRUDÊNCIA

---



28. A jurisprudência já firmou entendimento de que a transferência da propriedade móvel por intermédio da tradição altera o sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPVA, uma vez que este imposto só pode incidir sobre a propriedade de veículo automotor, senão vejamos;

29. Neste sentido:

“Agravo de Instrumento. Direito Tributário. Exceção de Pré-Executividade. IPVA. Ilegitimidade Passiva. Transferência do automóvel. Demonstrada a transferência do veículo, os débitos referente ao IPVA, posteriores à alienação, não são de responsabilidade do executado, **pouco importando a ausência de comunicação ao órgão de trânsito competente.**” (TJRS, AI n. 70040704322, Rel. Des. Luiz Felipe Silveira Defini, j. 06/01/2011).

“O fato gerador do IPVA é a propriedade de veículo automotor, cuja **transferência se opera pela tradição**, por inteligência do art. <sup>[620]</sup> do [CC/1916](#) (art. <sup>[1267]</sup> do [CC/2002](#)). Dessa forma, **a falta de comunicação ao órgão de trânsito acerca da alienação do veículo é irrelevante para a responsabilidade tributária, constituindo mera formalidade administrativa**, razão pela qual deve o adquirente arcar com o tributo. **Restando demonstrada nos autos a venda e a tradição do bem móvel, perfectibilizou-se o negócio jurídico e a efetiva transmissão da propriedade, de modo que o vendedor se exonera das obrigações tributárias referentes ao veículo desde o momento da sua venda**, transferindo-as para o adquirente, que se responsabiliza, inclusive, pelos débitos anteriores relativos aos tributos.” (TJSC, AC n. 2008.020173-0, de Canoinhas, Rel. Des. Jaime Ramos, j. 31.7.2008).

#### **DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA**

---

30. São requisitos necessários para a concessão da medida de antecipação dos efeitos da tutela a demonstração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do artigo 300 do novo Código de Processo Civil.





31. Consoante se verifica nos documentos coligidos ao feito, em especial a Sentença de obrigação de fazer em anexo, é inequívoco que a autora não é mais a possuidora do automóvel, de modo que resta evidenciada a probabilidade do direito.

32. No que toca ao *periculum in mora*, também se mostra presente no caso, pois há notório risco de que os débitos do referido veículo vinculados ao seu nome venham a avolumar com o tempo, caso não se dê baixa da titularidade do veículo, de forma que um provimento jurisdicional antecipado sustaria os débitos fiscais indevidos, além de afastar restrições vinculadas ao seu nome, o que, por si só afigura inegáveis prejuízos, inclusive moral.

33. Portanto, demonstrada a presença dos requisitos exigidos pelo art. 300 do Código de Processo Civil, fazendo jus o postulante à concessão da tutela de urgência antecipada, a fim de **suspender a exigibilidade do IPVA posterior à alienação do veículo em questão, determinando a exclusão de seu nome do Cadin e da Dívida Ativa, bem assim, impedir a inclusão de multas de trânsito cometidas por outrem.**

34. Destarte, totalmente necessário que, neste momento de cognição sumária, seja determinado ao réu que estanque, de imediato, os impostos, taxas e contribuições referente ao autor decorrentes de débitos sobre o veículo HONDA/CIVIC/LX - Renavam 804063508, Placa JWW-3895, eis que configura-se **patente, o dano irreversível de ordem patrimonial à demandante.**

#### DOS PEDIDOS

---

Diante do exposto acima, requer que V. Exa., se digne:

A) Deferir o benefício da Justiça Gratuita, com amparo na Lei 1.060 /50.

B) Deferir o pedido de **TUTELA ANTECIPADA**, *inaudita altera parte*, para determinar à Demandada a exclusão da inscrição do nome da parte Autora dos cadastros restritivos de



crédito em que a tenha inscrito, determinando-se a imediata suspensão da exigibilidade do IPVA, taxas de licenciamento, seguro DPVAT, multas de trânsito, etc., após a venda do veículo no exercício de julho de 2010 em diante, sob pena de multa diária;

C) Seja determinada a citação do **DETRAN** – Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte, **Seguradora líder do consórcio do seguro DPVAT S.A**, E, **Município de Natal-RN**, pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, nos endereços retro citados, por seus representantes legais, para que, querendo, apresente contestação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

D) Sejam julgados procedentes os pedidos da presente ação, declarando por sentença a negativa de propriedade da autora em relação ao veículo Honda/Civic/LX - Renavam 804063508, Placa JWW-3895, bem como a inexigibilidade dos débitos tributários e multas de trânsito posteriores à alienação do mesmo, que em julho de 2010, excluindo definitivamente seu nome do Cadin e da Dívida Ativa do Estado;

E) Seja determinada a expedição de ofício ao Detran e à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, para que seja dado baixa na titularidade da autora em relação ao veículo Honda/Civic/LX - Renavam 804063508, Placa JWW-3895, haja vista não ser proprietária do veículo.

F) Seja determinada a expedição de ofício à STTU – Secretária de Trânsito do município de Natal, para que seja tomada as providências para a imputação do real causador das infrações de trânsito, excluindo a autora da responsabilidade de qualquer ocorrência posterior a julho de 2010, quanto ao veículo Honda/Civic/LX - Renavam 804063508, Placa JWW-3895, haja vista não ser proprietária do veículo.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.595,24** (hum mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos).



Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 08 de abril de 2019.

José Humberto do Nascimento  
**Advogado - OAB-RN 679**

Thiago Humberto de Menezes Nascimento  
**Advogado - OAB-RN 5.789**

Felipe José de Menezes Nascimento  
**Advogado - OAB-RN 6.252**

